

CYBERBULLYING E GLOBALIZAÇÃO DA TECNOLOGIA: UM ESTUDO TERRITORIAL NO LITORAL DO PARANÁ

CYBERBULLYING AND GLOBALIZATION OF TECHNOLOGY: A TERRITORIAL STUDY OF PARANÁ'S COAST

Clóvis Wanzinack¹
Clóvis Reis²

Resumo

Esta pesquisa focou-se na questão do *cyberbullying*, suas intersecções com o *bullying* e seus desafios para o cenário escolar, buscando mapear as percepções e repercuções em grupo de discentes da Educação Básica. O estudo consistiu em uma pesquisa exploratória com mil (1000) estudantes de 5º ao 9º ano dos municípios de Paranaguá, Morretes e Guaratuba, situados no Litoral do Paraná, que responderam a formulários de pesquisa. A pesquisa evidenciou a alta prevalência de violências com que discentes se deparam, e inclusive são submetidos virtualmente e também no ambiente escolar, e que repercutem diretamente em suas vidas. A partir da problemática apresentada, almeja-se refletir sobre possibilidades de estratégias para sua prevenção combatendo a evasão escolar e contribuindo com o desenvolvimento do campo da Educação.

Palavras-chave: *Cyberbullying; Educação, Globalização.*

Abstract

This research focused on the issue of cyberbullying, its intersections with bullying (not virtual) and its challenges for the school setting, seeking to map the perceptions and impacts in Basic Education students. The study consisted of an exploratory survey applied to one thousand (1000) students from 5th to 9th grade in the municipalities of Paranaguá, Morretes and Guaratuba, located in the Coast of Paraná, who answered the survey forms. The research showed the high prevalence of violence that students face, and even undergo virtually as well as inside the school environment, and this impacts directly on their lives. From the presented issue, we aimed to reflect on possible strategies for its prevention combating school withdrawal and contributing to the development of the field of education.

Keywords: *Cyberbullying; Education, Globalization.*

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional (FURB). Docente da Universidade Federal do Paraná. Email: cloviswa@gmail.com;

² Doutor em Comunicação. Jornalista, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Universidade Regional de Blumenau

Recebido para publicação em: 29/06/2015

Aceito para publicação em: 30/10/2015

1 Introdução

Klink (2001) cita que a globalização pode influenciar intensamente o desenvolvimento das cidades-região, proporcionando um novo conceito sobre o regionalismo. Essa globalização aliada ao avanço de tecnologia, no qual traz oportunidade de uma socialização maior com informação, também pode aumentar a desigualdade social perpetuada no mundo capitalista. Segundo Harvey (2004), na medida em que o capital se acumula nas mãos de poucos, aumenta constantemente a miséria e violência acentuando desenvolvimento geográfico desigual, deixando regiões ricas mais ricas e regiões pobres mais pobres, aumentando o poder nas mãos de poucas pessoas. (HARVEY, 2006; THEIS, 2009).

A economia se globalizou porem a política não, corroeu poderes do governo e obrigou o governo para redefinir seus papéis e funções. A globalização econômica amplificou os riscos e custos de desenvolvimento, ameaças globais emergentes, como o poder político, o terrorismo, doenças contagiosas e a degradação do meio ambiente, etc. Mas olhando de outro ângulo, todos estes trouxeram oportunidades históricas para o desenvolvimento. Essa globalização econômica pode ser entendida como a circulação transnacional de bens, serviços, fatores essenciais de produção e informação. No entanto segundo Hills (2005) *apud* Wei (2009), tem levantado 375 milhões de pessoas da pobreza extrema nos últimos 20 anos. A realidade mostra que a riqueza e as oportunidades trazidas pela globalização são desigualmente distribuídas (WEI, 2009).

Essas relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. Tais relações de poder podem ser exercidas por meio de coerção (o monopólio da violência). Violência essa empregada pelo processo de torturar corpos e moldar mentalidades de uma classe social menos privilegiada, explorada, ignorada ou mal representada (CASTELLS, 2013).

Segundo Leroy (1997), comunidade não está associada apenas a bairro, povoado, município. Mas sim comungar dos mesmos valores e compartilhar de uma mesma situação de classe tendo pertencimento ao grupo e compartilhando problemas em comum numa junção coletiva, com a finalidade de tentar solucionar, numa nova identidade coletiva, sendo reconhecidos como atores sociais. Esse

reconhecimento não é outorgado, mas, sim conquistado.

Nesse contexto, falar comunidade também é falar território, onde a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilidades de ação em conjunto, com possibilidades de construção e ampliação de alianças políticas regionais. Diante de uma presença e participação atuante da sociedade, essas comunidades começam a ter poder de representação e constroem as identidades políticas na experiência de diálogos e negociação (LEROY, 1997).

O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico. O território pode ser uma noção mais ampla que lugar e rede. A rede pode ser tanto uma forma de expressão/organização do território (principalmente na atual fase globalizante) quanto um elemento constituinte do território (HAESBAERT ; LIMONAD 2007).

2 Contextualização do território de pesquisa

A região litorânea do Paraná é composta por sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Uma região fragilizada com baixos indicadores socioeconômicos, de saúde, de educação e IDH, considerando a realidade do Estado do Paraná. Demonstra um panorama socioeconômico muito semelhante a diversas outras regiões do interior do País, marcadas por uma baixa repartição de renda com enorme carência de serviços públicos efetivos, que não dão conta de atender as demandas da região. Sem querer entrar em determinismos e sem querer assimilar a pobreza com violência, percebe-se que em conjunturas como estas, assinaladas por circunstâncias de amplas iniquidades sociais e lacunas do aparato Estatal, vêm à tona problemas como (re) produção de diversos tipos de preconceitos e violências de gênero, que podem iniciar ou se intensificar no ambiente escolar. (WANZINACK, 2014a).

A evolução tecnológica que o ser humano produz caminha com inerentes anseios de uma sociedade cada vez mais exigente. As mudanças tecnológicas geram diversos tipos de impactos e criam novos paradigmas na vida das pessoas, principalmente no que tange a expansão da área de comunicação e sua revolução. As informações são disseminadas

velozmente no mundo globalizado e podem alcançar qualquer parte do mundo em questão de segundos através dos meios virtuais. Sem sombras de dúvidas, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), potencializaram os acessos e socialização de informações na internet. Toda essa tecnologia com seu lado positivo e benefícios realmente incontestáveis, trouxeram também novas implicações para o campo da comunicação.

Uma das implicações negativas trazidas pelo avanço da internet consiste na reprodução de violências nos meios virtuais, ainda pouco discutidas e estudadas. Consiste em um fenômeno recente, que ocorre e se dissemina através dos meios de comunicação. Nessa nova cultura de interação tecnológica digital globalizada do século XXI, criam-se novos comportamentos, novas formas de relacionamentos, novas crenças, valores éticos, morais e inevitavelmente novos conflitos. Gomes ; Sanzovo (2013), explanam nessa direção:

As tradicionais relações interpessoais cederam espaço para usuários dinâmicos que interagem entre si mediante um ilimitado rol de ferramentas comunicativas: mensagens simultâneas ou e-mails (via celular, smartphones, tablets, notebooks ou computadores), redes sociais, sites e blogs de relacionamento. Deste modo, pode-se dizer que o *bullying* ganhou um upgrade. (2013, p. 126).

Da mesma forma que as redes sociais facilitam a comunicação, interação e troca de conhecimento entre as pessoas, elas podem também ter um efeito de influenciar comportamentos tanto de forma construtiva quanto de modo contraproducente. Em alguns casos podem incitar determinados tipos de atitudes podendo gerar violência¹ que se propagam tanto no âmbito virtual, através de mensagens agressivas (verbais, escritas ou imagens), quanto ser externalizada a outras pessoas sob formas de agressões físicas presenciais.

¹ A Organização Mundial de Saúde (OMS), citado por Minayo (2005, p. 19) conceitua violência como “o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Grandes tragédias divulgadas através da mídia vêm sendo anunciadas e noticiadas constantemente, reverberando nos mais diversos mecanismos de socialização de informações e comunicação, dentre elas os recursos tecnológicos on line. Tais repercussões vêm seriamente questionar a influência da mídia e seu conjunto de implicações entre crianças e adolescentes no cotidiano escolar.

Casos de *bullying* extremo, que é aquela violência severa e repetitiva a que sujeitos são submetidos, especialmente no ambiente escolar, são cada vez mais noticiados na mídia, como prosseguídos de episódios de vingança com armas de fogo. São cada vez mais frequentes os casos de vítimas de *bullying* crônico invadirem seus respectivos colégios atirando em todas as pessoas indiscriminadamente, configurando-se em uma problemática mundial, conforme citado nos casos emblemáticos ilustrados a seguir:

1) Massacre de Realengo, ocorrido em 07 de abril de 2011, no Rio de Janeiro, Brasil. O ex-estudante Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, invadiu sua ex-escola na periferia da cidade do Rio de Janeiro no bairro do Realengo, munido de dois revólveres e disparou contra alunos e alunas, matando doze pessoas, com idades entre 12 e 14 anos e ferindo outros 12. Após o massacre, cometeu suicídio. Segundo investigadores do caso, Wellington passava a maior parte de tempo navegando na internet e praticando jogos de tiros *on line* (GOMES ; SANZOVO, 2013).

2) Em 20 de abril de 1999, no Condado de Jefferson, Colorado, talvez o caso mais popular dos Estados Unidos (EUA), quando dois jovens, Eric Harris (18 anos) e Dylan Klebold (17 anos), atiraram em vários estudantes e professores, matando 13 pessoas e deixando outras 25 feridas. Após o ataque ambos se suicidaram, no Instituto Columbine. As armas foram compradas pela internet. O fato foi conhecido mundialmente como Massacre de Columbine (COHEN, 2012), tendo inclusive virado filme-documentário, sob o título em português “Tiros em Columbine” (2002), dirigido pelo norte americano Michael Moore.

Pesquisadores brasileiros vêm se dedicando ao estudo da relação entre violência e os meios de comunicação, no contexto de jovens e adolescentes destacando o papel central da internet nesse processo:

No Brasil, a questão da violência, sobretudo os homicídios – a principal causa de morte na faixa etária de 15 a

19 anos -, tem levado setores da sociedade a questionar o papel de instituições que, de alguma forma, são responsáveis direta ou indiretamente tanto pela proteção quanto pela transmissão de valores morais e éticos a crianças e adolescentes. Os meios de comunicação certamente estão entre elas, pois fazem parte do processo de socialização de meninos e meninas brasileiros e têm a importante função de levantar os temas que serão debatidos na sociedade. (NJAINE ; CARELI ; VIVARTA, 2006).

Segundo Wanzinack (2014b), situações repetitivas de violência vêm ocorrendo com cada vez mais frequência no meio virtual, principalmente nas redes de interações social. Geralmente se dão através de mensagens de texto utilizando da coerção psicológica com finalidade de ameaçar, perseguir, coagir ou amedrontar, ou ainda por meio da propagação de imagens/vídeos que expõem situações íntimas ou constrangedoras (prática denominada sexting). Esse comportamento agressivo, repetitivo e intencional vem sendo intitulado *cyberbullying* ou *bullying* virtual. Tal comportamento pode partir individualmente ou em grupos e se configura em danos psicológicos diuturnamente à vítima. Este tipo de violência também se diferencia, devido ao agressor ou agressora não precisar ser mais forte fisicamente que a vítima. Devido a situação ocorrer virtualmente, muitas vezes se dá a quilômetros de distância entre agressor ou agressora e a vítima, sendo muitas vezes de forma anônima. Isso suporta a ideia de uma falsa sensação de impunidade do agressor ou agressora aos seus delitos. São comuns os perfis falsos criados em endereços eletrônicos, páginas da internet ou utilizando-se das redes sociais, deixando a vítima totalmente confusa de onde partem as agressões, pois o agressor ou a agressora pode ser um/a vizinho/a, amigo/a, alguém do colégio, alguém mais novo/a ou mais velho/a, homem ou mulher ou até mesmo uma pessoa que nunca estabeleceu um contato presencial.

Apesar da relativa sensação de impunidade que pode falsamente transparecer, essas práticas já vêm sendo consideradas crimes como cita (ROCHA, 2012):

Cyberbullying é identificado com práticas criminais que, geralmente, envolvem: calúnia, ato de imputação falsa que ofende a reputação ou o crédito de alguém; difamação, que é levar ao conhecimento de outras pessoas fato ofensivo à reputação de alguém; injúria, ação de insultar, ofender a dignidade ou a honra de alguém; e ameaça que é ameaçar

alguém pelas palavras, pela escrita, gestos ou qualquer outro meio simbólico de causar-lhe mal, injusto e grave. Todos os quatro aspectos estão previstos no Código Penal Brasileiro, nos artigos 138,139,140 e 147 com penas que variam de três a quatro anos de prisão e multa. (2012, p. 14).

Tais atos de violência ainda vêm constantemente se multiplicando, envolvendo cada vez mais crianças e adolescentes em seu ambiente escolar. Torna-se um grave problema interdisciplinar educacional e de saúde pública, configurando uma verdadeira questão epidemiológica tanto em relação ao *bullying* quanto ao *cyberbullying*, em algumas escolas.

Certas humilhações sofridas pelos/pelas alunos/alunas por parte de seus colegas têm produzido efeitos extremamente nocivos à vítima. Esses comportamentos consistem em relações em que os mais fortes (fisicamente ou psicologicamente) convertem os mais frágeis em objeto de diversão e prazer através de “brincadeiras” que dissimulam o escopo de molestar e intimidar (PEDRO-SILVA, 2013).

Algumas vezes as escolas, faculdades e universidades são palcos de crueldades motivadas ainda mais por telespectadores que incentivam ver tais cenas, transformando-as em verdadeiros espetáculos, deixando o agressor ainda mais empoderado. Um exemplo desses shows de horrores ocorreu em 2010, em forma de trotes violentos de acadêmicos da Universidade Estadual Paulista (UNESP) que organizaram uma competição intitulada “Rodeio das Gordas”. Um acadêmico da Universidade criou uma página na internet estimulando ainda mais outros acadêmicos a agarrar e montar em jovens obesas (contra suas vontades), durante jogos da universidade. A propagação midiática através da página de redes sociais “Orkut” estimulou ainda a competição, estabelecendo regras para o próximo evento e até mesmo oferecendo premiações aos participantes.

Em relação a casos como este, autores(as) como Dornelles ; Sayago ; Ribeiro, (2012) citam que:

“Aqueles que praticam *bullying*, os autores, também chamados de *bullies*, muitas vezes demonstram desde a infância suas habilidades de intimidação. Utilizam-se de abuso de poder, intimidação e prepotência como estratégias para impor sua autoridade e dominar a vítima. Com frequência, os praticantes de *bullying* são pessoas muito habilidosas para lidar com situações difíceis e sair-se bem. Não raro, quando questionados sobre suas condutas agressivas, negam

suas ações ou minimizam a intensidade de sua crueldade. Além disso, possuem pouca empatia e remorso, têm necessidade de chamar atenção e são pessoas que agem impulsivamente. Atraindo para si reações agressivas, se aproveitam de sua força física para assustar os mais indefesos. Podem possuir grande capacidade de liderança e persuasão e, com isso, se utilizam de suas habilidades para submeter os outros ao seu domínio.” (2012, p. 28).

Outro grande problema é que alguns agressores virtuais não tem a mínima noção da dimensão que seus atos podem inferir na vida das pessoas, até pelo fato de não terem uma reposta imediata, o que contribui para o desenvolvimento de uma frieza em suas ações virtuais.

O ambiente escolar é parte responsável pelo ensino de uma socialização entre estudantes e a sociedade. Portanto a educação atenta à esta problemática é questão sine qua non para minimização e superação de qualquer ato de violência que possa se manifestar dentro do ambiente escolar. É preciso assegurar não apenas estratégias preventivas e de intervenção, mas também estratégias de promoção de comportamentos sociais adequados no âmbito virtual. (SANTOS et al., 2012).

A partir dos pressupostos discutidos até este ponto, ressalta-se aqui o objetivo deste artigo que consiste em analisar os resultados de uma pesquisa exploratória desenvolvida com intuito de verificar as percepções e implicações relacionadas a questões de violência por meio do *bullying* e *cyberbullying* no ambiente escolar sob a ótica de discentes da Educação Básica.

3 Metodologia

A violência é um dos maiores desafios para a agenda do desenvolvimento brasileiro e o espaço escolar se configura em campo onde essa problemática emerge com cada vez mais intensidade. Esta pesquisa focou-se nas intersecções entre a violência no âmbito escolar (*bullying*), inclusive a violência virtual (*cyberbullying*) e percepções de discentes da Educação Básica sobre a problemática, almejando viabilizar estratégias para sua prevenção.

A pesquisa iniciou-se em 2012 como projeto de iniciação científica da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e vem se solidificando no programa de pós-graduação

em nível de doutorado em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.

A pesquisa com alunos e alunas contou com um estudo exploratório transversal de caráter qualitativo e quantitativo, realizado no segundo semestre de 2013. A amostragem foi constituída por mil (n=1000) estudantes da rede pública de ensino dos municípios de Morretes, Paranaguá e Guaratuba, situados no Litoral do Paraná. As idades dos participantes variaram entre 10 a 17 anos, que responderam anônima e voluntariamente a um formulário de pesquisa contendo 29 questões, sendo elaborado e testado previamente (pré-teste) pela equipe do projeto a respeito do *bullying*, *cyberbullying* e seus desdobramentos. Os dados quantitativos foram tabulados em uma base de dados online e analisados mediante estatística descritiva, enquanto os dados qualitativos foram analisados tematicamente a partir de categorias emergentes.

4 Resultados e discussão

A amostragem contabilizou que dos 1000 (n=1000) estudantes, entrevistados 50,3% (n=503) são do gênero masculino e 49,7% (n=497) do gênero feminino. A faixa etária dos alunos/as para um melhor entendimento quanto ao perfil dos interlocutores se divide em 10 a 11 anos 20,3% (n=203), 12 a 14 anos 62,8% (n=628) e 15 a 17 anos (n=169). Segundo Gomes e Sanzovo, (2013, p. 134-135), a maior incidência de casos de *bullying* se concentra nas quintas e sextas séries do ensino fundamental e no intervalo etário entre 12 e 14 anos de idade, onde estão a maioria das vítimas. A partir dos 17 anos de idade, a incidência desse tipo de agressão diminui.

De um total de mil (n=1000) estudantes, em relação especificamente a casos de *cyberbullying*, ao perguntar se já sofreu algum tipo de agressão, ofensa ou intimidação através do computador ou celular, por meio da internet, temos um percentual de 29,4% (n=294) que afirmaram positivamente, 65,2% (n=652) afirmaram nunca ter sofrido e apenas 5,4% (n=54) não possuem acesso a computadores, celular e internet.

Ao serem perguntados sobre as consequências deste tipo de agressão (*cyberbullying*), de um total de (n=294) sujeitos que já foram vítimas, 33,67% (n=99) se sentiram tristes ou sozinhos, enquanto 33,33% (n=98) sentiram raiva e pensaram em

se vingar, 23,13% (n=68) não sentiram nada, 15,31% (n=45) contou para pais ou responsáveis, 5,44% (n=16) contou para o professor e 1,02% (n=03) procurou a polícia para prestar queixa (Figura 1). Nessa questão os interlocutores poderiam responder mais de uma opção.

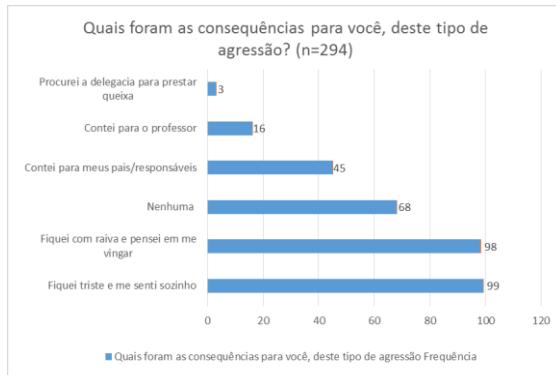


Figura 1. Quais consequências para você, deste tipo de agressão (cyberbullying).

Fonte: Autores, 2015

Tais tipos de agressões podem deixar marcas incomensuráveis na vida de qualquer pessoa com os mais diversos tipos de consequências. Desde crises e fobias generalizadas, transtornos alimentares, baixa concentração nas atividades escolares, depressões e alguns casos podendo chegar a comportamentos de automutilação, pensamentos e atos suicidas. E alguns casos, como demonstra o indicador acima, 33,33% dos entrevistados podem nutrir sentimentos de raiva com desejo de vingança, podendo inclusive motivar ataques violentos a escolas desencadeando tragédias, conforme as citadas no início do presente trabalho.

Questões que comumente aparecem nas vítimas incluem baixa autoestima, sentimento de insegurança, sentimento de medo ou retaliação, medo de exposição, não confiar nas escolas ou nos adultos que deveriam ser responsáveis pela sua segurança. Em alguns casos a vítima se sente culpada e acha que fez algo para merecer tais agressões. Esses, entre outros motivos, podem ser fatores que levam a vítima a não procurar ajuda.

Com relação ao acompanhamento dos pais ou responsáveis sobre o conteúdo acessado na internet, somente 48,8% (n=488) dos pais controlam o conteúdo e tempo de acesso dos filhos à internet, enquanto que 45,8% (n=458) não controlam e apenas 5,4% (n=54) alegaram não ter acesso a internet.

Tais comportamentos de agressões podem afetar seriamente a saúde física e psicológica. Sentimentos como ansiedade, medo, rejeição,

tristeza, impossibilidade para desenvolver suas tarefas no ambiente escolar podem gerar o afastamento de suas atividades gerando processos de adoecimento.

5 Considerações finais

No quesito referente aos estudantes a pesquisa revelou que quase um terço dos estudantes do território pesquisado já sofreu *bullying* virtual ou *cyberbullying*, porém a maioria não comunica o fato a pais, docentes ou responsáveis. Um dos fatores que se deve buscar trabalhar no ambiente escolar é a intervenção precoce, ou seja, identificar o problema o mais rápido possível e tentar solucioná-lo, evitando as complicações e consequências, que podem ser fatais. Para isso, a escola precisa buscar estratégias para intervir, bem como os estudantes precisam confiar nos profissionais e se sentirem encorajados de fazerem as denúncias, assim enfraquecendo focos de violências.

A etapa qualitativa da pesquisa ainda evidenciou que as escolas pesquisadas não têm programas de prevenção, identificação e intervenção diante de situações de violência e que as vítimas clamam por campanhas e estratégias que envolvam maior comunicação e confiabilidade no ambiente escolar. A escola precisa acolher a vítima, não deixar ela se sentir culpada ou desprotegida e sim fortalecer a autoestima dos/as alunos/alunas.

Segundo Reis ; Dias, (2014/2015) os meios comunicação cumprem um papel fundamental e estratégico podendo contribuir de maneira efetiva para mudanças de comportamento no ambiente escolar. Dentre as ferramentas de comunicação disponíveis para uma campanha de conscientização, incluem-se os programas de rádios, programas televisivos como; novelas, jornais, propagandas, desenhos animados, filmes, programas presenciais como; a promoção de eventos, palestras, folders explicativos e virtuais como; redes sociais, blog, páginas de internet. Tais coberturas midiáticas contribuem para uma maior visibilidade da problemática, muitas vezes velada nos ambientes escolares, trazendo a oportunidade de discutir, pensar e agir em projetos de intervenção que envolvam todos os/as alunos/as, docentes, funcionários, pais e sociedade em geral.

Referências

- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COHEN, O. **8 Massacres em escolas que chocaram o mundo.** 2012. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/8-massacres-em-escolas-que-chocaram-o-mundo>>
- DORNELLES, V. G.; SAYAGO, C. W.; RIBEIRO, F. D. A. **Bullying.** In: DORNELLES, V. G.; SAYAGO, C. W. et al. *Bullying: Avaliação e Intervenção em Terapia Cognitivo-Comportamental.* Porto Alegre: Sinopsys, 2012. p.37-54.
- GOMES, L. F.; SANZOVO, N. M. **Bullying e prevenção da violência nas escolas:** quebrando mitos, construindo verdades. São Paulo: Saraiva, 2013. 239.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-131.
- HARVEY, D. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development.** London; New York. Verso, 2006 [“notes toward a theory of uneven geographical development”, p. 69-116.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, v. 1, n. 2 (4), p. 39-52, 2007.
- KLINK, J. J. **A incipiente estruturação de um novo regionalismo.** In: KLINK, J. J. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, p.13-45, 2001.
- LEROY, J. P. **Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável.** In: BECKER, B.K.; MIRANDA, M. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 251-271.
- MINAYO, M. C. D. S. **Violência:** um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 9-41.
- NJAINE, K.; CARELI, J.; VIVARTA, V. **Violência na mídia:** excessos e avanços. In: OLIVEIRA, H. Direitos Negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Brasília: UNICEF, 2006. p. 70-95.
- PEDRO-SILVA, N. **Indisciplina e Bullying:** Soluções ao alcance de pais e professores. Petrópolis: Vozes, 2013.
- REIS, C.; DIAS, V. R. O emprego da comunicação na prevenção à prática do *bullying* nas escolas de Blumenau (Brasil). *Razón y Palabra*, n. 88, ano 20, 2014/2015.
- ROCHA, T. B. **Cyberbullying:** ódio, violência virtual e profissão docente. Brasília: Liber Livro, 2012.
- SANTOS, P. L. D.; YATES, M. B.; SAYAGO, C. W.; Dornelles, V. G. **Cyberbullying:** Um importante fenômeno atual. In: DORNELLES, V. G.; SAYAGO, C. W., et al. *Bullying: Avaliação e Intervenção em Terapia Cognitivo-Comportamental.* Porto Alegre: Sinopsys, 2012. cap. 02, p.37-53.
- THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.
- WANZINACK, C. . Violência de gênero no ambiente escolar: Estudo territorial do litoral do paraná. In: **II Seminário Latino-Americanano de Geografia, Gênero e Sexualidades**, 2014, Porto Velho - Rondonia. Anais, 2014a.
- WANZINACK, C. **Bullying e cyberbullying:** faces silenciosas da violência. In: SIERRA, J. C.; SIGNORELLI, M. C. Diversidade e Educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014b. p.67-82.
- WEI, Dan. Globalisation and China's perspectives and experiences. *Int. J. Intercultural Information Management*, v. 1, n. 4, p. 433-442, 2009.